



# Demonstrações financeiras

**Parnaíba Geração e  
Comercialização de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Companhia que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.</p> <p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções utilizadas pela Administração da Companhia.</p> <p>Avaliamos a adequação das principais premissas e método utilizados pela Administração na preparação das projeções que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, de forma a verificar se as mesmas guardam consistência com as demais estimativas desenvolvidas pela Administração.</p> <p>Adicionalmente, utilizamos do trabalho de especialistas de impostos para validar a adequação das diferenças temporárias e do saldo de prejuízo fiscal e base negativa da Companhia sobre as quais são constituídos os impostos diferidos ativos.</p> <p>Também comparamos os resultados efetivos com os resultados projetados pela Administração de forma a verificar se as expectativas com relação a realização dos impostos diferidos ativos estão razoáveis e de acordo com o contexto operacional da Companhia.</p> <p>Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras sobre imposto de renda e contribuição social diferido ativo estão adequadas.</p> <p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, bem como as divulgações</p>

	relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
--	--

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem

levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo  
Contador CRC RJ-091559/O-4

# Demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial.....	3
Demonstrações dos Resultados.....	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

<b>01 Contexto operacional _</b>	<b>09</b>
<b>02 Licenças e autorizações _</b>	<b>10</b>
<b>03 Apresentação das Demonstrações Financeiras _</b>	<b>10</b>
<b>04 Resumo das principais práticas contábeis _</b>	<b>11</b>
<b>05 Estimativas e julgamentos contábeis críticos _</b>	<b>11</b>
<b>06 Caixa e equivalentes de caixa _</b>	<b>12</b>
<b>07 Títulos e valores mobiliários _</b>	<b>12</b>
<b>08 Contas a receber _</b>	<b>12</b>
<b>09 Estoque _</b>	<b>13</b>
<b>10 Impostos a recuperar e diferidos _</b>	<b>13</b>
<b>11 Imobilizado _</b>	<b>16</b>
<b>12 Intangível _</b>	<b>17</b>
<b>13 Instrumentos financeiros derivativos _</b>	<b>18</b>
<b>14 Fornecedores _</b>	<b>18</b>
<b>15 Impostos a recolher _</b>	<b>19</b>

**16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos \_** 19

**17 Endividamento \_** 23

**18 Partes relacionadas \_** 25

**19 Provisão para contingências \_** 26

**20 Patrimônio Líquido \_** 26

**21 Receita de venda de bens e/ou serviços \_** 28

**22 Custos e Despesas por natureza \_** 29

**23 Resultado financeiro \_** 29

**24 Cobertura de seguros \_** 30

## Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.381	57.599
Títulos e valores mobiliários	7	51.104	5.932
Contas a receber	8	234.652	239.312
Estoques	9	8.549	4.033
Despesas antecipadas		7.882	2.944
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	14.884	13.903
Outros impostos a recuperar	10	4.163	4.994
Adiantamentos diversos		34.011	16.984
Operações comerciais com partes relacionadas	18	27.070	874
Outros		540	545
		<b>458.236</b>	<b>347.120</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Adiantamentos a fornecedores		29	6.181
Depósitos vinculados		161	160
Operações comerciais com partes relacionadas	18	588	20.448
Outros impostos a recuperar	10	4.510	75
Outros créditos		-	83
		<b>5.288</b>	<b>26.947</b>
<b>Imobilizado</b>			
<b>Intangível</b>			
	11	2.356.268	2.002.422
	12	81.304	93.038
		<b>2.442.860</b>	<b>2.122.407</b>
		<b>2.901.096</b>	<b>2.469.527</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	57.494	134.288
Debêntures	17	141.815	101.263
Arrendamento		1.703	926
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	15	12.503	13.846
Outros impostos a recolher	15	5.830	7.101
Obrigações sociais e trabalhistas		3.456	2.793
Participações nos lucros		5.710	5.409
Instrumentos financeiros derivativos	13	28	2.391
Operações comerciais com partes relacionadas	18	154.846	76.105
Provisão de custo por indisponibilidade		7.001	7.296
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		24.805	27.024
Dividendos a pagar	20	67.968	34.875
		<b>483.159</b>	<b>413.317</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	14	577	7.830
Empréstimos e financiamentos	17	809.038	410.350
Debêntures	17	445.100	572.594
Arrendamento		689	394
Operações comerciais com partes relacionadas	18	29.078	73.910
Provisão para contingências	19	40	192
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	48.189	19.521
		<b>1.332.711</b>	<b>1.084.791</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.815.870</b>	<b>1.498.108</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	20		
Capital social		901.736	901.736
Reserva legal		13.254	4.283
Reserva de lucro		100.730	32.742
Reserva de incentivo fiscal		74.015	39.530
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.509)	(6.872)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.085.226</b>	<b>971.419</b>
		<b>2.901.096</b>	<b>2.469.527</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	21	1.638.718	916.016
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	22	(1.346.083)	(596.523)
<b>Resultado bruto</b>		<b>292.635</b>	<b>319.493</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	22	(12.722)	(7.079)
Outras receitas operacionais	22	14.850	(21.701)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>294.763</b>	<b>290.713</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	23	17.262	8.508
Despesas financeiras	23	(91.454)	(75.946)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>220.571</b>	<b>223.275</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>			
Corrente	10	(12.491)	(13.680)
Diferido	10	(28.669)	(30.098)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>179.411</b>	<b>179.497</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>179.411</b>	<b>179.497</b>
<b>Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes</b>		
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	(4.481)
Ganho (perda) com derivativos	2.363	(2.391)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u>181.774</u></b>	<b><u>172.625</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	<b>386.299</b>	-	-	-	<b>52.018</b>	-	<b>(93.831)</b>	<b>344.486</b>
Aumento de capital via incorporação Parnaíba I	395.691	-	-	-	-	-	-	<b>395.691</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	67.728	-	-	<b>67.728</b>
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	119.746	-	-	-	(119.746)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	179.497	<b>179.497</b>
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	39.530	-	-	(37.728)	<b>1.802</b>
Constituição de reserva legal	-	4.283	-	-	-	-	(4.283)	-
Reserva de lucros	-	-	32.742	-	-	-	(32.742)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(10.913)	<b>(10.913)</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.481)	-	<b>(4.481)</b>
Perdas com derivativos	-	-	-	-	-	(2.391)	-	<b>(2.391)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>901.736</b>	<b>4.283</b>	<b>32.742</b>	<b>39.530</b>	-	<b>(6.872)</b>	-	<b>971.419</b>
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	34.485	-	-	(34.505)	<b>(20)</b>
<b>Transações com acionistas:</b>								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	179.411	<b>179.411</b>
Constituição de reserva legal	-	8.971	-	-	-	-	(8.971)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	67.988	-	-	-	(67.968)	<b>20</b>
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(67.967)	<b>(67.967)</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>								
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	-	2.363	-	<b>2.363</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>901.736</b>	<b>13.254</b>	<b>100.730</b>	<b>74.015</b>	-	<b>(4.509)</b>	-	<b>1.085.226</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	220.571	223.275
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	86.696	55.107
Baixa e imobilizado e intangível	10.418	16.186
Juros empréstimos e debêntures	50.023	47.379
Rendimento de aplicações (TVM)	(7.800)	(5.089)
Atualização monetária contratual	31.479	13.733
Variação cambial ativa e passiva	2.272	14.874
Amortização de custo de captação	4.404	(1.892)
	<b>398.063</b>	<b>363.573</b>
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Despesas antecipadas	(4.938)	(14.094)
Contas a receber	4.660	(44.441)
Impostos a recuperar	(4.585)	(24.375)
Estoque	(4.516)	184
Adiantamentos diversos	(10.875)	-
Impostos, taxas e contribuições	(1.642)	15.391
Fornecedores	(101.176)	19.231
Provisões e encargos trabalhistas	964	1.599
Operações comerciais com partes relacionadas	27.573	11.275
Arrendamento	1.375	(255)
Outros ativos e passivos	(2.579)	(507)
	<b>(95.739)</b>	<b>(35.992)</b>
Dividendos e JSCP pagos	(34.875)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(13.463)	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>253.986</b>	<b>327.581</b>
<b>Fluxo caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(339.339)	(774.658)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(37.372)	44.697
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(376.711)</b>	<b>(729.961)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	-	67.728
Pagamento do passivo de arrendamento	(303)	-
Captações de financiamentos	330.813	423.189
Amortizações do principal - financiamentos	(100.628)	(84.959)
Juros pagos	(47.255)	(49.070)
Custos de captações	666	-
Depósitos vinculados a empréstimos e debêntures	(42.786)	(41.311)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades de financiamentos</b>	<b>140.507</b>	<b>315.577</b>
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.782</b>	<b>(86.803)</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	57.599	144.402
No fim do exercício	75.381	57.599
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.782</b>	<b>(86.803)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia" ou "PGC") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão.

Foi constituída em 9º de maio de 2012 com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia.

Em 31 de agosto de 2018, a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento que atender a demanda do referido leilão é a usina termelétrica UTE Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW e será instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, no estado do Maranhão. A UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 272.377 (data-base: março/2018), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024.

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos (usinas) UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V

Essa reestruturação está em linha com o desenvolvimento estratégico da Companhia gerando uma melhor gestão dos contratos, controle de custos e despesas, simplificação da estrutura corporativa e aproveitamento de sinergias entre as empresas envolvidas, resultando na redução do número de empresas e custos relacionados a aspectos societários, tributários e regulatórios.

### 1.1 Eventos significativos de 2021

#### Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

Desde as primeiras manifestações das autoridades públicas acerca da proliferação da COVID-19, monitoramos de perto e aderimos de forma imediata a todos os protocolos recomendados, com foco tanto na segurança de nossas equipes, próprias e terceiras, quanto das comunidades do entorno das operações. Adicionalmente, cientes de nosso papel nas localidades de atuação, realizamos doações de materiais de higiene, de saúde e de proteção individual. Além dessas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

Mantivemo-nos ainda em contato constante com as autoridades públicas para informar sobre os rígidos protocolos adotados de forma a garantir a continuidade das operações e o cronograma de implantação dos novos ativos, essenciais para o funcionamento das atividades essenciais e o desenvolvimento socioeconômico nacional. Além disso, continuamos acompanhando os potenciais impactos contábeis e financeiros.

As receitas da Companhia decorrem, principalmente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEAR"), com preços, volume e prazos definidos. Este ambiente é fortemente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes (compradores e vendedores). Portanto, a Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

## 2. Licenças e autorizações

Em 2021, mantivemos todas as licenças necessárias para nossos ativos com a renovação da licença de operação das UTEs Parnaíba I Parnaíba V, emitida em 23/08/2021 e com validade até 23/08/2025 e tivemos mais 9 poços de água licenciados através de licença emitida em 30/06/2021 e com validade até 30/06/2026.

### 3. Base de elaboração e apresentações das demonstrações financeiras

#### Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4 – “Resumo das principais práticas contábeis”.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2022.

#### Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

#### Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou as alterações ao CPC 06 (R2) – “Arrendamentos” e do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” sobre definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”, a partir de 1º de janeiro de 2021, sem impactos relevantes. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, a partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação com o IASB	Impactos contábeis
<b>Revisão de pronunciamentos Técnicos nº 19</b> Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018- 2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	Sem impactos relevantes
<b>Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido</b> As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado	IAS 16	Sem impactos

## 4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo Eneva.

#### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e diretoria. No entendimento da Administração, esse benefício vem sendo aprimorado com o passar dos anos para proporcionar um maior engajamento dos funcionários na melhoria dos resultados da Companhia.

### Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação, e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 5.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) **Provisão para contingências** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

## 5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Nota explicativa “nº 11 Imobilizado”** - A Companhia avalia anualmente potenciais indicativos de perdas nos ativos, de acordo com a norma de contabilidade CPC 01 (R1). Caso a Companhia identifique indicativo de desvalorização dos ativos, deve ser realizado o teste com base nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).
- (a) **Nota explicativa nº “10 - Impostos a recuperar e diferidos”** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. Como evidência para o reconhecimento dos tributos diferidos, foi considerado a abordagem de fluxo de caixa operacional, com prazo que se inicia em 2021 e se estende até o ano de 2050 e o preço de venda são de acordo com as condições contratuais até o final da vida útil dos ativos que suportam o seu reconhecimento e a expectativa de realização dos impostos. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e a expectativa de realização do ativo diferido é que seja em sua totalidade no ano de 2022.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

		2021	2020
Caixa e bancos		7.196	38.120
Fundos de Investimentos	(a)	28.877	1.120
CDBs	(b)	39.308	18.359
		<b>75.381</b>	<b>57.599</b>

- (a) Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.
- (b) Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP (“CDI”) de 100%.

## 7. Títulos e valores mobiliários

		2021	2020
Fundos de investimentos (a)		51.104	5.932
		<b>51.104</b>	<b>5.932</b>

- (a) Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2022 e 2027 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos.

## 8. Contas a receber

As contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	2021	2020
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR)	175.911	153.620
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL)	58.741	85.692
	<b>234.652</b>	<b>239.312</b>

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Desta forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Além disso existem outras formas de gerenciamento do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda e, portanto, não possuímos registro de perda de créditos esperada.

## 9. Estoque

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o da média ponderada móvel. Em 31 de dezembro de 2021, a companhia não identificou redução ao valor realizável líquido dos estoques.

	2021	2020
Materiais, suprimentos e outros	2.589	310
Peças eletrônicas e mecânicas (a)	5.648	3.447
Lubrificantes e químicos	312	276
	<b>8.549</b>	<b>4.033</b>

a. O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas.

## 10. Impostos a recuperar e diferidos

### Impostos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2021	2020
Imposto de Renda	2.819	1.385
Contribuição Social	11.241	12.328
Imposto de renda retido na fonte	824	190
	<b>14.884</b>	<b>13.903</b>

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PIS	791	117
COFINS	3.644	720
ICMS	75	75
II	4.152	4.089
IPI	-	63
Outros (a)	11	5
	<b>8.673</b>	<b>5.069</b>
	Circulante	4.994
	Não Circulante	75

**a.** CSRF – Contribuição Social Retida na Fonte

As despesas de IRPJ e CSLL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos baseados nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, bem como sobre o saldo dos prejuízos fiscais acumulados.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas.

### Impostos diferidos

Abaixo a composição dos tributos diferidos por natureza:

	<b>Ativo Diferido</b>			<b>Passivo Diferido</b>	<b>2021 Líquido</b>
	<b>Prejuízo Fiscal/ Base Negativa</b>	<b>Diferenças temporárias</b>	<b>Total</b>	<b>Diferenças temporárias</b>	
Prejuízos fiscais	4.070	-	4.070	-	4.070
Provisões	-	2.358	2.358	-	2.358
Gastos pré-operacionais – RTT (a)	-	27.786	27.786	-	27.786
Depreciação Acelerada	-	-	-	(50.315)	(50.315)
Despesas com instalação de seu ativo na fase pré-operacional	-	-	-	(32.088)	(32.088)
	<b>4.070</b>	<b>30.144</b>	<b>34.214 (b)</b>	<b>(82.403)</b>	<b>(48.189)</b>

2020

Líquido

	Ativo Diferido			Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	
Prejuízos fiscais	24.293	-	24.293	-	24.293
Provisões	-	4.993	4.993	-	4.993
Gastos pré-operacionais – RTT <sup>1</sup>	-	27.786	27.786	-	27.786
Depreciação Acelerada	-	-	-	(44.505)	(44.505)
Despesas com instalação de seu ativo na fase pré-operacional	-	-	-	(32.088)	(32.088)
	<b>24.293</b>	<b>32.779</b>	<b>57.072</b>	<b>(76.593)</b>	<b>(19.521)</b>

(a) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e conseqüentemente, estão sendo excluídas para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais.

(b) Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, a expectativa de realização do ativo diferido é que seja em sua totalidade no ano de 2022

### Reconciliação da taxa efetiva

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	2021	2020
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	220.571	223.275
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	<b>(74.994)</b>	<b>(75.914)</b>
Diferenças permanentes	(861)	(6.316)
Ativo Fiscal Não Constituído	-	120
Redução Benefício SUDENE e PAT	34.695	38.332
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	<b>(41.160)</b>	<b>(43.778)</b>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(12.491)	(13.680)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(28.669)	(30.098)
Total	<b>(41.160)</b>	<b>(43.778)</b>
Alíquota efetiva	<b>18,66%</b>	<b>19,61%</b>

## 11. Imobilizado

2021

	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
<b>Custo</b>									
Saldo em 31/12/2020	3.313	568.003	581.996	3.803	860	4.153	1.144.700	1.024	2.307.852
Adições	-	15	11.575	103	-	380	305.283	-	317.356
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	1.071	1.071
Baixas	-	-	-	-	-	-	(8.120)	(897)	(9.017)
Custos com empréstimos qualificados	-	-	-	-	-	-	90.996	-	90.996
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	31.621	-	31.621
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(4.393)	-	(4.393)
Saldo em 31/12/2021	3.313	568.018	593.571	3.906	860	4.533	1.560.087	1.198	2.735.486
<b>Depreciação</b>									
Saldo em 31/12/2020	-	(128.475)	(172.417)	(1.663)	(761)	(1.645)	-	(469)	(305.430)
Adições	-	(19.268)	(53.753)	(620)	(74)	(269)	-	-	(73.984)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	(432)	(432)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	628	628
Saldo em 31/12/2021	-	(147.743)	(226.170)	(2.283)	(835)	(1.914)	-	(273)	(379.218)
<b>Valor Contábil</b>									
Saldo em 31/12/2020	3.313	439.528	409.579	2.140	99	2.508	1.144.700	555	2.002.422
Saldo em 31/12/2021	3.313	420.275	367.401	1.623	25	2.619	1.560.087	925	2.356.268

2020

	Terrenos	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
<b>Custo</b>									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	58	-	7	347.144	-	347.209
Adições	-	-	4	270	-	111	462.844	-	463.229
Incorporação PI	3.313	554.005	535.887	2.554	942	3.803	90.715	979	1.192.198
Adições IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	45	45
Baixas	-	(815)	(22.591)	(41)	(82)	-	-	-	(23.529)
Juros e correção monetária capitalizados	-	-	-	-	-	-	15.475	-	15.475
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	313.225	-	313.225
Transferências	-	14.813	68.696	962	-	232	(84.703)	-	-
Saldo em 31/12/2020	3.313	568.003	581.996	3.803	860	4.153	1.144.700	1.024	2.307.852
<b>Depreciação</b>									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Adições	-	(18.703)	(23.903)	(436)	(136)	(247)	-	(220)	(43.645)
Incorporação PI	-	(109.938)	(155.574)	(1.232)	(731)	(1.398)	-	(249)	(269.122)
Baixas	-	166	7.060	11	106	-	-	-	7.343
Saldo em 31/12/2020	-	(128.475)	(172.417)	(1.663)	(761)	(1.645)	-	(469)	(305.430)
<b>Valor Contábil</b>									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	52	-	7	347.144	-	347.203
Saldo em 31/12/2020	3.313	439.528	409.579	2.140	99	2.508	1.144.700	555	2.002.422

## Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

## Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

## Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

## Avaliação de Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível).

Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia avaliou que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade pois não foram identificados indicativos de perda.

## 12. Intangível

### Prática contábil

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Esse método é o que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

## Composição

	Range de Amortização	2021			2020		
		Custo	Amortização	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	2.807	(1.980)	<b>827</b>	2.146	(1.808)	<b>338</b>
Outorgas e CCEARs	15 a 33 anos	183.468	(102.991)	<b>80.477</b>	183.468	(90.768)	<b>92.700</b>
		<b>186.275</b>	<b>(104.971)</b>	<b>81.304</b>	<b>185.614</b>	<b>(92.576)</b>	<b>93.038</b>

## Mutação

	Licenças e Software de Informática	Direito de Uso	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-
Adições	299	-	-	299
Baixas	-	-	(34)	(34)
Incorporação Parnaíba I	1.847	183.468	34	185.349
Amortização (adições)	(50)	(12.225)	-	(12.275)
Amortização (Incorporação Parnaíba I)	(1.758)	(78.543)	-	(80.301)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>338</b>	<b>92.700</b>	<b>-</b>	<b>93.038</b>
Adições	661	-	-	661
Amortização	(172)	(12.223)	-	(12.395)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 20201</b>	<b>827</b>	<b>80.477</b>	<b>-</b>	<b>81.304</b>

## 13. Instrumentos financeiros derivativos

	2021	2020
Contratos de câmbio a termo (hedge de fluxo de caixa - perda)	28	2.391
Parcela no passivo circulante	<b>28</b>	<b>2.391</b>

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos.

### Contratos de câmbio a termo

Os valores de referência (nocial) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 6.731.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Os derivativos têm a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos para a construção da Usina Termoelétrica Parnaíba V. Por isso, ganhos e perdas são reconhecidos no imobilizado durante a sua fase de construção.

As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis e, portanto, a razão do hedge é de 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de hedge em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do hedge, a taxa média ponderada protegida no ano foi R\$ 5,3262 : US\$ 1.

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes líquidos apurados de *Market to Market* (“MtM”) para estes instrumentos derivativos foram perdas de R\$ 28, sendo apurado no ano ganhos de R\$2.363. Estas perdas foram integralmente registradas no Patrimônio Líquido (*hedge accounting*).

## 14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2021	2020
Geração de Energia (a)	58.071	142.118
	<b>58.071</b>	<b>142.118</b>
Circulante	57.494	134.288
Não circulante	577	7.830

(a) O saldo em 2021 e 2020 refere-se, basicamente, às obras de construção da usina termelétrica de Parnaíba V, tendo como fornecedor principal a Techint Engenharia e Construção S.A., contratada na modalidade de EPC.

## 15. Impostos a recolher

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher é composto por:

	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13	46
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	12.490	13.800
	<b>12.503</b>	<b>13.846</b>

A Companhia é tributada com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	2021	2020
ICMS	1.707	1.056
PIS, COFINS e IOF	3.823	5.233
Outros	300	812
	<b>5.830</b>	<b>7.101</b>

## 16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

### Ativo e passivo financeiro

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

### Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- i. Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- ii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- iii. Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- i. Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ii. Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii. Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2021			2020				
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos Financeiros</b>								
Caixa e equivalente de caixa	75.381		75.381	57.599			57.599	
Títulos e valores mobiliários		51.104	51.104			5.932	5.932	
Depósitos vinculados	161		161	160			160	
Contas a receber	234.652		234.652	239.312			239.312	
Operações comerciais com partes relacionadas	27.658		27.658	21.322			21.322	
	<b>337.852</b>	<b>-</b>	<b>51.104</b>	<b>388.956</b>	<b>318.393</b>	<b>-</b>	<b>5.932</b>	<b>324.325</b>

<b>Passivos Financeiros</b>							
Fornecedores	58.071		58.071	142.118			142.118
Empréstimos e financiamentos	809.038		809.038	410.350			410.350
Debêntures	586.915		586.915	673.857			673.857
Operações comerciais com partes relacionadas	183.924		183.924	150.015			150.015
Instrumentos Financeiros Derivativos		28	28	-	2.391		2.391
Arrendamento mercantil	2.392	-	-	2.392			
	<b>1.640.340</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>1.640.368</b>	<b>1.376.340</b>	<b>2.391</b>	<b>-</b>
							<b>1.378.731</b>

	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	51.104	-	51.104	-	5.932	-	5.932
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	28	-	28	-	2.391	-	2.391
	<b>-</b>	<b>51.132</b>	<b>-</b>	<b>51.132</b>	<b>-</b>	<b>8.323</b>	<b>-</b>	<b>8.323</b>

## Risco de mercado

### Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia tem seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado ao CDI	50.056	59.939	69.685
Passivo indexado ao IPCA	47.568	54.138	60.630
<b>Despesa Financeira Esperada</b>	<b>97.624</b>	<b>114.077</b>	<b>130.315</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>16.453</b>	<b>32.691</b>

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 10,01% (Fonte: Boletim Focus)

CDI Médio 12M: 11,81% (Fonte: Projeção de Mercado)

### Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira.

### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2021	2020
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	75.381	57.599
Títulos e valores mobiliários	51.104	5.932
Contas a receber de clientes	234.652	239.312
	<b>361.137</b>	<b>302.843</b>

## Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos Em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	2021					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	57.494	577			58.071
Operações comerciais com partes relacionadas	-	154.846	29.078			183.924
Empréstimos e financiamentos	77.500	82.002	156.242	953.522	1.802.246	3.071.512
Debêntures	311.107	446.256	792.259	1.956.467	-	3.506.089
	<b>388.607</b>	<b>740.598</b>	<b>978.156</b>	<b>2.909.989</b>	<b>1.802.246</b>	<b>6.819.596</b>
	2020					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	134.288	7.830	-	-	142.118
Operações comerciais com partes relacionadas	-	76.105	73.910	-	-	150.015
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	44.901	365.449	410.350
Debêntures	-	101.263	125.944	446.650	-	673.857
	-	<b>311.656</b>	<b>207.684</b>	<b>491.551</b>	<b>365.449</b>	<b>1.376.340</b>

## Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 17. Endividamento

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxa efetiva	Venc.	2021			2020				
					Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>												
BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	10,99%	15/07/2036	(7.260)	753.482	98.605	844.827	(7.260)	422.568	13.576	<b>428.884</b>
					<b>(7.260)</b>	<b>753.482</b>	<b>98.605</b>	<b>844.827</b>	<b>(7.260)</b>	<b>422.568</b>	<b>13.576</b>	<b>428.884</b>
Depósitos Vinculados					-	(35.789)	-	(35.789)	-	(18.534)	-	(18.534)
Saldo Líquido de empréstimos e financiamentos					<b>(7.260)</b>	<b>717.693</b>	<b>98.605</b>	<b>809.038</b>	<b>(7.260)</b>	<b>404.034</b>	<b>13.576</b>	<b>410.350</b>
Circulante					-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante					(7.260)	717.693	98.605	809.038	(7.260)	404.034	13.576	410.350
<b>Debêntures</b>												
1ª Emissão - 1ª Série (Santander)	R\$	IPCA + 7,2227%	16,24%	15/11/2025	(3.685)	300.903	2.761	299.979	(5.246)	305.686	2.719	<b>303.159</b>
1ª Emissão - 2ª Série (Santander/BB/Citi)	R\$	CDI + 2,50%	5,24%	15/11/2025	(5.581)	370.822	5.140	370.381	(9.090)	435.291	2.412	<b>428.613</b>
					<b>(9.266)</b>	<b>671.725</b>	<b>7.901</b>	<b>670.360</b>	<b>(14.336)</b>	<b>740.977</b>	<b>5.131</b>	<b>731.772</b>
Depósitos Vinculados					-	(83.445)	-	(83.445)	-	(57.915)	-	(57.915)
Saldo Líquido de debêntures					<b>(9.266)</b>	<b>588.280</b>	<b>7.901</b>	<b>586.915</b>	<b>(14.336)</b>	<b>683.062</b>	<b>5.131</b>	<b>673.857</b>
Circulante					(3.740)	137.654	7.901	141.815	(5.105)	101.237	5.131	101.263
Não circulante					(5.526)	450.626	-	445.100	(9.231)	581.825	-	572.594

Abaixo a movimentação dos empréstimos, fluxo de caixa dos financiamentos e debêntures:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>
<b>Saldo em 2020</b>	<b>410.350</b>	<b>673.857</b>
(+) Novas captações	330.813	-
(+) Juros incorridos	85.030	50.023
(-) Pagamento de principal	-	(100.628)
(-) Pagamento de juros	-	(47.255)
(+) Atualização monetária contratual	100	31.379
(+) Custo de captação	-	5.070
(-) Depósitos vinculados	(17.255)	(25.531)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>809.038</b>	<b>586.915</b>

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>
<b>Saldo em 2019</b>	-	-
(+) Incorporação	-	764.105
(+) Novas captações	423.189	-
(+) Juros incorridos	13.035	47.379
(-) Pagamento de principal	-	(84.959)
(-) Pagamento de juros	-	(49.070)
(+/-) Custo de captação	(7.260)	6.034
(+/-) Atualização monetária contratual	(80)	13.145
(+) Depósitos vinculados	(18.534)	(22.777)
<b>Saldo em 2020</b>	<b>410.350</b>	<b>673.857</b>

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 tem o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>
<b>Ano de vencimento</b>		
2023		
2024	18.348	153.527
2025	44.611	178.193
Após 2025	789.128	202.354
	<b>852.087</b>	<b>534.074</b>
Custo de transação	(7.260)	(5.527)
Depósitos vinculados	(35.789)	(83.447)
	<b>809.038</b>	<b>445.100</b>

### Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é através dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

## Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se seus depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- não estão condicionados a eventos futuros; e
- são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência

Por isso, apresenta o saldo desta rubrica líquida dos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como apresenta os depósitos vinculados dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

## Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhia possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2021	Posição em 31/12/2020
PGC	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA Comprometimento da capacidade de pagamentos menor que 70% Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,20	Atendido	Atendido

## 18. Partes relacionadas

### Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

A Companhia é administrada pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Operações comerciais</b>						
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	7.043	874	-	4.986	170.629	(20.830)
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (a)	20.226	20.803	10.676	10.590	274	947
Itaqui Geração de Energia S.A.	108	109	125	125	(4)	14.994
ENEVA S.A. (b)	281	(464)	172.995	134.186	(10.574)	472.329
Eneva Participações S.A.	-	-	128	128	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	(1)	16
Azulão II Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	(1)	1
	<b>27.658</b>	<b>21.322</b>	<b>183.924</b>	<b>150.015</b>	<b>160.323</b>	<b>467.457</b>

### Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a administração da Companhia foram realizadas diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

## 19. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos.

### Prática contábil

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo da provisão para contingências no exercício encerrado Em 31 de dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

	2020	Reversão	Atualização	2021
Tributária	40	-	-	40
Trabalhista	152	(154)	2	-
	<b>192</b>	<b>(154)</b>	<b>2</b>	<b>40</b>

### Contingências com risco possível (não provisionado)

A Companhia possui causas de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e regulatória que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível. As contingências possíveis passivas estão assim representadas:

	2021	2020
Tributária	35	35
Trabalhista	456	3.945
Ambiental	16.107	18.532
Cível	16	17
Regulatório	12.710	12.710
	<b>29.324</b>	<b>35.239</b>

## 20. Patrimônio Líquido

### 20.1 Capital Social

O capital social da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2021 e 2020, corresponde a R\$ 901.736.

Abaixo o quadro societário da Companhia:

	2021		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Eneva S.A.	901.735.591	100,00%	270.520.677	30,00%
Eneva Participações S.A.	-	0,00%	631.214.914	70,00%
<b>Total</b>	<b>901.735.591</b>	<b>100,00%</b>	<b>901.735.591</b>	<b>100,00%</b>

### 20.2 Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021 o dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 67.968. Tivemos em 2021 o pagamento de R\$ 34.875 a título de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados em exercícios anteriores, sendo: (i) R\$10.843 de juros sobre o capital próprio deliberado em 05 de setembro de 2018 em assembleia geral de acionistas de Parnaíba I Geração de Energia, que foi incorporada em 01 de janeiro de 2020; (ii) R\$ 13.118 de juros sobre o capital próprio deliberado em assembleia geral de acionistas de Parnaíba I em 31 de dezembro de 2019 e (iii) R\$ 10.913 de dividendos deliberados em assembleia geral de acionistas ocorrida em 30 de abril de 2020, a título de dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2020.

### 20.3 Reserva Legal

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva legal era de R\$ 13.254.

### 20.4 Reserva de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva de lucro era de R\$ 100.730.

### 20.5 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo dessa reserva era de R\$ 74.015.

## 21. Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

		2021	2020
<b>Receita bruta</b>			
Disponibilidade (ACR)	(a)	652.948	621.034
Venda de energia (ACR)	(b)	752.095	275.745
Venda de energia (ACL)	(c)	417.545	121.315
		<b>1.822.588</b>	<b>1.018.094</b>
<b>Deduções da receita</b>			
Impostos sobre vendas		(167.135)	(94.174)
P&D	(d)	(16.387)	(9.160)
Penalidades por indisponibilidade (e)	(e)	(348)	1.256
		<b>(183.870)</b>	<b>(102.078)</b>
<b>Total da receita líquida</b>		<b>1.638.718</b>	<b>916.016</b>

### Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo, minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel.

#### (a) Disponibilidade ACR (Receita fixa)

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”).

#### (b) Venda de energia ACR (receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

### Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos

#### (c) Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

### Deduções da receita

#### (d) Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

#### (e) Penalidades por indisponibilidades

Essa penalidade vise punir as usinas termelétricas que não atenderam as instruções de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por falta de combustível. O cálculo é realizado mensalmente, adotando uma disponibilidade mínima como gatilho e utilizando o CVU (Custo Variável Unitário) da usina como base para o cálculo da multa. Ou seja, essa penalidade está vinculada diretamente ao comprometimento de energia garantida no contrato de CCEAR (modalidade de receita por disponibilidade). A previsão regulatória desta penalidade está na resolução normativa ANEEL nº 827/2019.

## 22. Custos e Despesas por natureza

	2021	2020
<b>Custo</b>		
Custos regulatórios	(35.891)	(35.826)
Depreciação e amortização	(86.297)	(54.881)
Despesas com aluguéis <b>(b)</b>	(620.603)	(248.861)
Despesas com pessoal	(28.633)	(14.379)
Energia elétrica para revenda <b>(a)</b>	(125.001)	(14.082)
Insumos de geração <b>(b)</b>	(422.063)	(206.358)
Serviços de terceiros	(14.184)	(13.241)
Outras	(13.411)	(8.895)
	<b>(1.346.083)</b>	<b>(596.523)</b>
<b>Despesas administrativas e gerais</b>		
Despesas com pessoal	(767)	(615)
Serviços de terceiros	(11.365)	(6.784)
Depreciação e amortização	(399)	(226)
Outras	(191)	546
	<b>(12.722)</b>	<b>(7.079)</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>		
Perda na alienação de bens	-	(16.871)
Outras receitas (despesas) <b>(c)</b>	14.850	(4.830)
	<b>14.850</b>	<b>(21.701)</b>
	<b>(1.343.955)</b>	<b>(625.303)</b>

(a) O aumento deve-se a compra de energia para atendimento de obrigações das usinas nos momentos em que precisaram parar para manutenções programadas.

(b) O acréscimo está relacionado, diretamente, ao maior despacho de energia no ambiente contratual regulado (ACR).

(c) A variação positiva deve-se basicamente a venda de sucatas para terceiros e a venda de produtos entre partes relacionadas.

## 23. Resultado financeiro

	2021	2020
<b>Despesas financeiras</b>		
Multa e juros pagos ou incorridos	(14)	(3.400)
IOF	(1.443)	(613)
Amortização custo de transação de empréstimos	(4.404)	(6.080)
Juros de passivos de arrendamento	(86)	(73)
Juros de debêntures	(50.023)	(47.379)
Variação cambial e monetária	(33.971)	(16.627)
Outros	(1.513)	(1.774)
	<b>(91.454)</b>	<b>(75.946)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeira	12.208	6.058
Multas e juros recebidos ou auferidos	1.330	355
Variação cambial e monetária	650	1.753
Outros	3.074	342
	<b>17.262</b>	<b>8.508</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(74.192)</b>	<b>(67.438)</b>

## 24.Cobertura de Seguros

A Companhia, considerando a natureza de sua atividade, adota a política de contratar cobertura de seguros de acordo com as melhores práticas de mercado e com limites considerados pela Administração como adequados para cobrir eventuais sinistros. A seguir, demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes, vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as coberturas de seguros eram:

Nota 1: Os seguros de Risco Operacional e Responsabilidade Civil são contratados pela Eneva S.A. e se estende à todas as SPE's. Sendo assim, o limite máximo de indenização é para todas as empresas, e não somente para PGC.

	31/12/2021	31/12/2020
		Valores expressos em R\$ e US\$ mil
Riscos Operacionais	USD 300.000	USD 500.000
Responsabilidade civil	BRL 445.000	BRL 435.000
Construção/Projeto	BRL 1.888.473	BRL 1.888.473

### **Diretoria**

**Lino Caçado**

Diretor

**Marcelo Habibe**

Diretor

### **Controladoria**

**Ana Paula Alves do Nascimento**

CRC-RJ 086983/O-0

Controller

**Bruno Campelo de Azevedo**

CRC-RJ 106648/O-9

Contador